

REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, a Direção do Foro deverá verificar com a Coordenação de Registro Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro-COREF a regularização da situação cadastral da serventia. Observação: _____

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, o(a) responsável pela serventia deverá regularizar o cadastro junto à Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro - COREF, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020, comprovando a regularização à Direção do Foro. Observação: _____

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

B) Não. A serventia está vaga.

No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelo Aviso nº 7/CGJ/2023 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2024. Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, mediatemente, à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 1.449/PR/2023.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 149/CNJ/2023 c/c artigos 92, inciso I, e 94 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Tabelião ou Oficial acessa diariamente o Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 147 a 149 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos artigos 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do artigo 22, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao diretor do foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020 ? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, desde que observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do diretor do foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º do artigo 6º da Lei estadual nº 15.424/2004?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no artigo 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG c/c artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro? A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018? (obs. 1: em se tratando de serventia deficitária, especificar se esta cumpre as exigências estabelecidas no citado provimento ou se comunicou a impossibilidade absoluta de cumprimento à Corregedoria Nacional de Justiça; obs. 2: solicitar declaração escrita, relacionando item a item, de acordo com a classe da serventia, sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, que deverá ser arquivada pela Direção do Foro).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, vedada a utilização de grampo, parafuso e espiral, conforme o disposto no artigo 81 e seguintes e artigo 314, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prática dos atos, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão, é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, de acordo com disposto no artigo 19, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas no artigo 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, como por exemplo, se está escriturado na forma contábil, se possui o balanço mensal e o balanço anual etc?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, até o dia 10 (dez) de cada mês, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos do artigo 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos, conforme os artigos

45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Provimento Conjunto nº 100/2021? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O Tabelião ou Oficial atualiza semestralmente, via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 145 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no artigo 92, inciso III, e artigo 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20-A) É mantida em dia a escrituração do Livro de Depósito Prévio, sendo o saldo de depósito prévio informado na DAP/TFJ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações" Observações

Observações

20-B) O saldo do depósito prévio constante no Livro de Controle de Depósito Prévio e informado na DAP está disponível no caixa da serventia ou em conta bancária? (Obs: solicitar comprovação do saldo dos valores)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É observado o disposto no artigo 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no artigo 66, §2º, do Provimento nº 149/CNJ/2023, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

23) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no artigo 20 da Lei nº 8.935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale

transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com artigo 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

24) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia conforme modelos constantes do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG /CGJ/SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim

B) Não

Observações

25) A teor do Aviso nº 14/CGJ/2020, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim

- B) Não
- C) Não se aplica
-
-

26) O Tabelião ou Oficial comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, a teor do artigo 142 do Provimento nº 149/CNJ/2023? (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

- A) Sim
- B) Não
- C) Não se aplica
-
-

27) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010 c/c artigo 855, inciso II, do Provimento Conjunto nº 93/2020? Os comprovantes das comunicações são arquivados em meio físico ou eletrônico?

- A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Obervações

27-A) A serventia está em dia com o recolhimento mensal das contribuições para Fundo para Implementação e Custeio do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis - FIC/SREI, nos termos do artigo 6º, § 2º, e do artigo 8º do Provimento nº 115/CNJ/2021, que "institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências"?

A) Sim

B) Não

Observações

28) O Oficial realizou a integração da unidade de registro de imóveis ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, diretamente por meio do SAEC - Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado, operado pelo ONR - Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis, nos termos dos artigos 1º e 2º do Provimento nº 124/CNJ/2021? Se integrado ao SREI, a teor do parágrafo único do artigo 18 do Provimento nº 89/CNJ/2019, as solicitações feitas pelos usuários remotos por meio do SAEC são processadas e atendidas pelo Oficial?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) O Oficial remete à Central Eletrônica de Registro de Imóveis, por meio do Banco de Dados Simplificado-BDS, os dados estabelecidos no §1º do artigo 1.179, do Provimento Conjunto nº 93/2020, no primeiro dia útil subsequente à prática do ato?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29-A) O Oficial remeteu à Central Eletrônica de Registro de Imóveis, por meio do Banco de Dados Simplificado-BDS, até o dia 30 de junho de 2020, todas as matrículas abertas e registros auxiliares lavrados desde 1º de janeiro de 1976, conforme disposto no § 3º do artigo 1.179 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim

B) Não

Observações

30) São mantidos atualizados perante a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB os dados relativos às indisponibilidades de bens, consoante o disposto no artigo 850 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

30-A) É realizada trimestralmente a remessa da relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, consoante o disposto nos artigos 15 e 16 do Decreto n. 74.965/74, que regulamenta a Lei n. 5.709/71?

A) Sim

B) Não

Observações

31) Na recepção de títulos somente para exame e cálculo, a serventia disponibiliza ao usuário e mantém arquivado na serventia o requerimento escrito e expresso do interessado, a teor do disposto no artigo 732, do Provimento Conjunto nº 93/2020? A cobrança, neste caso, é realizada de acordo com o item 9, da Tabela 4, anexa à Lei estadual nº 15.424/2004, com a devida utilização do selo? O Oficial se abstém de lançar no Livro nº 1 - Protocolo, os títulos apresentados somente para exame e cálculo, consoante vedação do artigo 733 do referido Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) Nos termos dos artigos 732 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, o Oficial expede nota de exame e cálculo, de forma clara e objetiva, em papel timbrado da serventia, datada e chancelada pelo preposto responsável, acerca do exame do título apresentado e do cálculo integral dos emolumentos, abrangendo completamente a situação examinada, em todos os seus aspectos relevantes, seja para o registro, complementação ou seu indeferimento ? São emitidos recibos da devolução do título ao apresentante com a competente nota do exame e cálculo? São arquivados o requerimento de exame e cálculo e o recibo de entrega do título?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na serventia, consoante o disposto nos artigos 174, 182 e 186 da Lei nº 6.015/1973 c/c os artigos 738 e 739, do Provimento nº 93/2020, com a devida utilização do selo de fiscalização e o fornecimento às partes de recibo-protocolo contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro nº 1 - Protocolo, para garantir a prioridade do título e a preferência do direito real, a teor do artigo 744 do referido Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) O Oficial observa o procedimento de destinar a cada título um número de ordem do protocolo, independentemente da quantidade de atos que gerar, consoante o disposto no artigo 740, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Na escrituração do Livro nº 01 - Protocolo, são observados todos os requisitos previstos no artigo 175, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 743, do Provimento Conjunto nº 93/2020, sendo encerrado diariamente, consoante o disposto no artigo 184 da Lei nº 6.015/1973 c/c os artigos 747 e 748, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) O Oficial procede ao exame exaustivo do título apresentado a registro, sendo que, havendo exigências de qualquer ordem, estas são formuladas de uma só vez, por meio de nota devolutiva escrita em papel timbrado da serventia, de forma articulada, clara e objetiva, com data, identificação e assinatura ou chancela do preposto responsável, para que o interessado possa satisfazê-las ou, em não se conformando, requerer a suscitação de dúvida, a teor dos artigos 756 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020? É observado o prazo

de até 10 (dez) dias, contados da data da prenotação, para disponibilização da referida nota ao usuário, nos termos do artigo 188, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) A teor dos artigos 9º e 188 da Lei nº 6.015/1973, não havendo exigências ou falta de pagamento de custas emolumentos, as escrituras de compra e venda sem cláusulas especiais, os requerimentos de averbação de construção e de cancelamento de garantias e os documentos eletrônicos apresentados por meio da Central Eletrônica de Atos são registrados no prazo de 05 (CINCO) dias ÚTEIS contados da data do protocolo? O mesmo prazo é observado para o registro dos títulos que reingressarem na vigência da prenotação com o cumprimento integral das exigências formuladas anteriormente?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37-A) As prenotações referentes a títulos não registrados, por omissão do interessado em atender às exigências legais, são canceladas decorridos 20 (vinte) dias úteis do seu lançamento no Protocolo, nos termos do artigo 205 da Lei nº 6.015/1973 (excetuando-se os casos previstos em lei, a exemplo da suscitação de dúvida, do procedimento de regularização fundiária de interesse social, etc.)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados são lançados, em forma resumida, os atos praticados, inclusive nos livros anteriores ao atual sistema de registro, consoante o disposto no artigo 751, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) É respeitado o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu protocolo, para qualificação e registro e/ou averbação das cédulas e notas de crédito rural, industrial, à exportação, comercial, de produto rural (exceto CCB e CCI), bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias corridos nos períodos cuja sazonalidade decorrente de liberação de crédito para plantio e custeio implique aumento de demanda, consoante o disposto no artigo 978, caput e §1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) É respeitado o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de seu protocolo, para o registro e averbação de cédulas de crédito imobiliário e bancário, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, consoante o disposto no artigo 978, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) A Taxa de Fiscalização Judiciária prevista no item 10 - da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, anexa à Lei estadual nº 15.424/2004, referente aos atos de "Visualização eletrônica do registro ou da matrícula, exclusivamente em central única autorizada pelo TJMG ou pelo CNJ, sem efeito de certidão" estão sendo recolhidas desde o ano em que foi instituída, ou seja, 2018?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) As certidões de inteiro teor de matrícula ou do livro auxiliar, em meio eletrônico, requerida no horário de expediente, desde que fornecido pelo usuário o respectivo número e pagos os

emolumentos, são fornecidas no prazo máximo de 04 (horas), a teor do artigo 9º c/c inciso I, § 10, do artigo 19, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42-A) As certidões relativas à situação jurídica atualizada do imóvel são fornecidas no prazo máximo de 01 (um) dia, a teor do artigo 9º c/c inciso II, § 10, do artigo 19, da Lei nº 6.015/1973 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo Observações"

Observações

42-B) As certidões de transcrições e os demais casos são fornecidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a teor do artigo 9º c/c inciso II, § 10, do artigo 19, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo Observações"

Observações

43) São mantidos em arquivo, de forma ordenada, todos os documentos relacionados às incorporações imobiliárias, consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 4.591/1964 e artigos 1.058 e seguintes, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) O Oficial, ao efetuar o registro da instituição de condomínio, abre tantas matrículas quantas forem as unidades autônomas integrantes do empreendimento, consoante o disposto no artigo 1.043, caput, do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Obs: no caso de registro de loteamento ou de incorporação imobiliária, é facultada a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal correspondente à unidade autônoma, nos termos do § 4º do artigo 237-A da Lei nº 6.015/73)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Para a individualização e discriminação das unidades imobiliárias é observado o disposto no artigo 44 da Lei nº 4.591/1964 e artigo 1.042, inciso III do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no artigo 18 da Lei nº 6.766/ 1979 e artigos 996 e 997 do Provimento Conjunto nº 93 /2020? Os respectivos arquivamentos são cobrados, conforme o artigo 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do "Livro nº 4 - Indicador Real" (artigo 173, inciso IV e artigo 179, da Lei nº 6.015/1973 e artigo 723, inciso IV, do Provimento Conjunto nº 93/2020) e do "Livro nº 5 - Indicador Pessoal" (artigo 173, inciso V e artigo 180, da Lei nº 6.015/1973 e artigo 723, inciso V, do Provimento Conjunto nº 93/2020), os quais podem ser substituídos pelo sistema de fichas ou pelo sistema informatizado de base de dados, consoante o disposto nos artigos 834 e 837 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) Para a averbação de retificação de área, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados de acordo com os valores previstos no item 1, alínea "c", da Tabela 4-Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Para o registro de formal de partilha ou de escritura pública de inventário e partilha, em se tratando de imóvel a ser registrado em nome de várias pessoas, em regime de condomínio, é feito um único registro em nome de todos, em quinhões expressos em percentuais/ frações, tendo por parâmetro para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, o valor dos bens e direitos a serem registrados, incluindo-se a meação, a teor do Aviso nº 31/CGJ/2019 e do disposto na Nota VI da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis c/c o artigo 10, § 3º, inciso XV, da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Os pactos antenupciais são registrados no Livro nº 3? Após o registro do pacto antenupcial, o casamento é averbado no mesmo livro, com menção da data, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais em que tiver sido realizado, do número da matrícula ou do

assento, do livro e da folha em que tiver sido lavrado, a teor dos artigos 826, inciso V e 830 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) O Oficial procede ao registro das escrituras de união estável, que contenham disposições patrimoniais, no Livro nº 3 e a sua averbação nas matrículas (Livro nº 2) dos imóveis de propriedade dos requerentes, consoante o disposto no artigo 828 e parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

52) Em se tratando de transcrição com todos os requisitos para a abertura de matrícula, por ocasião do primeiro ato de registro ou de averbação, está sendo aberta matrícula própria para o imóvel, observada a vedação de abertura de matrícula para parte ou fração ideal de imóvel em situação jurídica de condomínio geral, consoante o disposto no inciso I do § 1º do artigo 176 da Lei nº 6.015/1973 c/c o artigo 781 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Para todos os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ou adquirido ou financiado pelo beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida, é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no artigo 290 da Lei nº 6.015/1973 e/ou no inciso II do artigo 15-B da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Para o registro de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 5, alínea "e", da Tabela 4, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) Para a averbação de extinção de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 1, alínea "g", da Tabela 4, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) É observado o disposto no artigo 8º da Lei nº 5.868/1972, que veda, para fins de transmissão, a qualquer título, que o imóvel rural seja desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo rural previsto para a região ou da fração mínima de parcelamento, bem como é observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei nº 6.766/1972, nos registros envolvendo imóvel urbano com área menor que 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) Na averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, prevista nos artigos 18 e seguintes da Lei nº 10.931/2004, quando apresentada em momento distinto da solicitação de

registro da garantia real, a cobrança de emolumentos está sendo feita com valor correspondente a averbação sem valor declarado (Tabela 4, item 1, alínea "e"), de acordo com a decisão proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências - Corregedoria nº 0004451-15.2011.2.00.0000, com força normativa, amplamente divulgada pelo Aviso nº 29/ CGJ/2013, de 1º de julho de 2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro de alienação fiduciária é feita tendo como parâmetro o valor da dívida, conforme previsão do artigo 10, §3º, inciso V da Lei estadual 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) Nos casos de alienação fiduciária em que haja falta de pagamento das prestações por parte do devedor, estando em ordem a documentação, é expedida intimação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, bem como é realizada a cobrança pelos atos de intimação conforme o item 2, alínea "b" da tabela 4, para ser cumprida em cada um dos endereços fornecidos pelo credor fiduciário, consoante o disposto no artigo 963 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) Nos casos de alienação fiduciária em que é decorrido o prazo da interpelação sem purgação da mora, tal fato é certificado, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme artigo 966, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

61) Nos casos de alienação fiduciária em que o devedor, seu cessionário, representante legal ou procurador, se encontrar em local ignorado, incerto ou inacessível, após certificação do fato pelo serventuário encarregado da diligência, o Oficial promove a intimação por edital, publicado durante 3 (três) dias, pelo menos, por meio de Central Eletrônica de Registro de Imóveis, ou em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora, da data da última publicação do edital, consoante o disposto no artigo 964 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e no artigo 26, § 4º, da Lei nº 9.514/1997?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de desmembramento é feita de acordo com o item 1, alínea "c" e "k" da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro do ato de divisão é feita de acordo com o item 5, alínea e, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004 e com fundamento a Nota I da referida Tabela, tendo como parâmetro o valor de cada unidade imobiliária surgida da divisão?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) O reconhecimento extrajudicial de usucapião é realizado de acordo com a regulamentação contida no artigo 398 e seguintes do Provimento nº 149/CNJ/2023 c/c o artigo 1.157 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correção ordinária geral realizada no ano anterior?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.